

PROVA 2 – DISCURSIVA – 1.ª PARTE – TEXTO 1

- Para produzir a dissertação relativa ao Texto 1, que vale **trinta** pontos, faça o que se pede, usando as páginas correspondentes do presente caderno para rascunho. Em seguida, transcreva o texto para a respectiva folha de **TEXTO DEFINITIVO DO TEXTO 1** da prova discursiva, nos locais apropriados, pois **não serão avaliados fragmentos de texto escritos em locais indevidos**.
- Obedeça aos limites de extensão determinados. Qualquer texto com extensão aquém da mínima de **quarenta e cinco** linhas será apenado, e qualquer fragmento de texto além da extensão máxima de **sessenta** linhas será desconsiderado.
- Na folha de **TEXTO DEFINITIVO DO TEXTO 1**, é obrigatória a indicação, no campo próprio, do tema escolhido (1 ou 2).

ATENÇÃO! Nas **folhas de textos definitivos**, identifique-se apenas no cabeçalho da primeira delas, pois **não serão avaliados** os textos que tenham qualquer assinatura ou marca identificadora fora do local apropriado.

Para elaborar a dissertação correspondente ao **Texto 1**, escolha um dos temas a seguir.

Tema 1

A autoridade administrativa poderá desconsiderar atos ou negócios jurídicos praticados com a finalidade de dissimular a ocorrência do fato gerador do tributo ou a natureza dos elementos constitutivos da obrigação tributária, observados os procedimentos a serem estabelecidos em lei ordinária.

Parágrafo único incluído no art. 116 do Código Tributário Nacional (CTN) pela Lei Complementar n.º 104/2001.

A aplicação da norma tributária a um caso concreto traduz-se em um raciocínio lógico subsuntivo que tem como premissa maior a norma tributária geral e abstrata, como premissa menor a situação fática da vida apresentada ao órgão de aplicação do direito e como conclusão um juízo afirmativo ou negativo acerca da correspondência da referida situação à hipótese normativa.

O juízo subsuntivo pressupõe, assim, como operações prévias, a interpretação da norma aplicável, isto é, a determinação do seu exato sentido e alcance, bem como a investigação e a valorização dos fatos a que ela respeita.

Tais operações são sempre necessárias, quer as normas tributárias formulem as suas hipóteses por meio de tipos estruturais, quer mediante tipos funcionais: tipos estruturais são aqueles em que a norma jurídica utiliza conceitos de atos ou negócios jurídicos de direito privado para descrever a sua hipótese, sem alusão expressa aos efeitos econômicos por eles produzidos; tipos funcionais são aqueles com base nos quais a hipótese da norma tributária é caracterizada pela obtenção de um certo fenômeno econômico, independentemente da natureza jurídica dos atos ou negócios que para ele concorrem.

Alberto Xavier. **Tipicidade da tributação, simulação e norma antielisiva**. São Paulo: Dialética, 2001, p. 34-5 (com adaptações).

Considerando os textos apresentados acima e tendo em vista a discussão acerca da possibilidade de edição de uma norma geral antielisiva, que serviria para tornar ineficazes, perante o fisco, os atos elisivos praticados de forma abusiva, redija um texto dissertativo, posicionando-se acerca do tema a seguir:

APLICAÇÃO DO PARÁGRAFO ÚNICO DO ART. 116 DO CTN DIANTE DAS REGRAS E DOS PRINCÍPIOS ADOTADOS NO DIREITO TRIBUTÁRIO BRASILEIRO.

Em sua dissertação, devem ser contemplados, necessariamente, os seguintes aspectos:

- ▶ a constitucionalidade da edição de uma norma geral antielisiva em face dos direitos e garantias individuais;
- ▶ o princípio da capacidade contributiva como parâmetro autônomo para tributação;
- ▶ a adoção, por meio do parágrafo único do art. 116 do CTN, da interpretação econômica no direito tributário brasileiro.

Como bem sistematizou Renato Ferrari em sua obra **Em Busca da Paz Tributária**, na idealização de uma nação são aglutinados princípios espirituais e materiais em que “identificamos como elementos materiais a raça, a língua e o território; como elementos históricos, os costumes, as tradições, a religião e as leis; e, como elemento psicológico, a consciência nacional”. Para que os sonhos nacionais sejam materializados, é necessária a criação de uma organização com regras próprias e soberana: o Estado.

Os sonhos nacionais da República Federativa do Brasil estão expressos na Constituição da República, que estabelece, entre seus fundamentos, a dignidade da pessoa humana (art. 1.º, inciso III) e tem como objetivo garantir o desenvolvimento nacional (art. 3.º, inciso II). Esses são também os alicerces do Sistema Tributário Nacional, encontrados basicamente na extrafiscalidade.

O Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) informou que incentivos concedidos no âmbito da guerra fiscal podem alterar a dinâmica econômica e o nível de bem-estar da coletividade (Consulta n.º 38/1999 – Rel. Conselheiro Marcelo Caliarí – J. 22/3/2000, DOU 1-E, de 28/4/2000, p. 1).

O ICMS, de competência estadual, assim como o ISS, de competência municipal, vêm sofrendo constantes abalos na sua estrutura, ficando, muitas vezes, desfigurados por meio de invasões legislativas ao texto constitucional, que concedem benefícios e incentivos fiscais e afrontam os fundamentos citados e os princípios e as limitações constitucionais ao poder de tributar, como reiteradamente tem decidido o Supremo Tribunal Federal.

Considerando o texto acima, que tem caráter unicamente motivador, redija um texto dissertativo, posicionando-se acerca do tema a seguir:

GUERRA FISCAL E ICMS.

Em sua dissertação, devem ser contemplados, necessariamente, os seguintes aspectos:

- ▶ a extrafiscalidade do ICMS;
- ▶ as condições para a concessão de incentivos e benefícios fiscais do ICMS;
- ▶ as conseqüências da concessão do benefício referente ao ICMS sem atender às condições estabelecidas.

PROVA 2 – DISCURSIVA – 1.ª PARTE – TEXTO 2

- Para produzir o discurso relativo ao Texto 2, que vale **vinte** pontos, faça o que se pede, usando as páginas correspondentes do presente caderno para rascunho. Em seguida, transcreva o texto para a respectiva folha de **TEXTO DEFINITIVO DO TEXTO 2** da prova discursiva, nos locais apropriados, pois **não serão avaliados fragmentos de texto escritos em locais indevidos**.
- Obedeça aos limites de extensão determinados. Qualquer texto com extensão aquém da mínima de **quarenta e cinco** linhas será apenado, e qualquer fragmento de texto além da extensão máxima de **sessenta** linhas será desconsiderado.
- Na folha de **TEXTO DEFINITIVO DO TEXTO 2**, é obrigatória a indicação, no campo próprio, do tema escolhido (1 ou 2).

ATENÇÃO! Nas **folhas de textos definitivos**, identifique-se apenas no cabeçalho da primeira delas, pois **não serão avaliados** os textos que tenham qualquer assinatura ou marca identificadora fora do local apropriado.

Para elaborar o discurso parlamentar correspondente ao **Texto 2**, escolha um dos temas a seguir.

Tema 1

Lei das S.A.

Dividendo obrigatório

Art. 202 Os acionistas têm direito de receber como dividendo obrigatório, em cada exercício, a parcela dos lucros estabelecida no estatuto ou, se este for omissivo, a importância determinada de acordo com as seguintes normas:

I metade do lucro líquido do exercício diminuído ou acrescido dos seguintes valores:

- a) importância destinada à constituição da reserva legal (art. 193); e
- b) importância destinada à formação da reserva para contingências (art. 195) e reversão da mesma reserva formada em exercícios anteriores;

II o pagamento do dividendo determinado nos termos do inciso I poderá ser limitado ao montante do lucro líquido do exercício que tiver sido realizado, desde que a diferença seja registrada como reserva de lucros a realizar (art. 197);

III os lucros registrados na reserva de lucros a realizar, quando realizados e se não tiverem sido absorvidos por prejuízos em exercícios subsequentes, deverão ser acrescidos ao primeiro dividendo declarado após a realização.

§ 1.º O estatuto poderá estabelecer o dividendo como porcentagem do lucro ou do capital social, ou fixar outros critérios para determiná-lo, desde que sejam regulados com precisão e minúcia e não sujeitem os acionistas minoritários ao arbítrio dos órgãos de administração ou da maioria.

Instrução CVM n.º 247/1996

Dos procedimentos de avaliação de investimentos pelo método da equivalência patrimonial

Art. 9.º O valor do investimento, pelo método da equivalência patrimonial, será obtido mediante o seguinte cálculo:

- I aplicando-se a percentagem de participação no capital social sobre o valor do patrimônio líquido da coligada e da controlada; e
- II subtraindo-se, do montante referido no inciso I, os lucros não-realizados, conforme definido no parágrafo 1.º deste artigo, líquidos dos efeitos fiscais.

§ 1.º Para os efeitos do inciso II deste artigo, serão considerados lucros não-realizados aqueles decorrentes de negócios com a investidora ou com outras coligadas e controladas, quando:

- a) o lucro estiver incluído no resultado de uma coligada e controlada e correspondido por inclusão no custo de aquisição de ativos de qualquer natureza no balanço patrimonial da investidora; ou
- b) o lucro estiver incluído no resultado de uma coligada e controlada e correspondido por inclusão no custo de aquisição de ativos de qualquer natureza no balanço patrimonial de outras coligadas e controladas.

§ 2.º Os prejuízos decorrentes de transações com a investidora, coligadas e controladas não devem ser eliminados no cálculo da equivalência patrimonial.

§ 3.º Os lucros e os prejuízos, assim como as receitas e as despesas decorrentes de negócios que tenham gerado, simultânea e integralmente, efeitos opostos nas contas de resultado das coligadas e controladas, não serão excluídos para fins de cálculo do valor do investimento.

Art. 10 Para os efeitos do disposto no art. 9.º, o patrimônio líquido da coligada e controlada deverá ser determinado com base nas demonstrações contábeis levantadas na mesma data das demonstrações contábeis da investidora.

§ 1.º Na impossibilidade de cumprimento ao disposto no *caput* deste artigo, admite-se a utilização de demonstrações contábeis da coligada e controlada em um período máximo de defasagem de até 60 (sessenta) dias antes da data das demonstrações contábeis da investidora.

§ 2.º O período de abrangência das demonstrações contábeis da coligada e controlada deverá ser idêntico ao da investidora, independentemente das respectivas datas de encerramento.

Considerando os fragmentos de texto apresentados, que têm caráter unicamente motivador, redija um discurso parlamentar, posicionando-se acerca do seguinte tema:

A EVOLUÇÃO DAS NORMAS SOCIETÁRIAS E CONTÁBEIS.

Em seu discurso, devem ser contemplados, necessariamente, os seguintes aspectos:

- ▶ a importância de um dividendo obrigatório para o mercado de valores mobiliários;
- ▶ as razões básicas para se determinar, na Lei das S.A., um lucro líquido ajustado;
- ▶ os efeitos, para o acionista e a companhia, da norma sobre a constituição e reversão da reserva de lucros a realizar;
- ▶ o significado de um investimento avaliado pelo método de equivalência patrimonial;
- ▶ a forma de registro do resultado da equivalência patrimonial nos livros fiscais;
- ▶ os lucros e prejuízos entre controladora, controladas e coligadas.

Tema 2

A manutenção do equilíbrio orçamentário é importante porque déficits fiscais recorrentes diminuem a poupança nacional e o investimento, contribuindo, assim, para reduzir o crescimento de longo prazo da economia.

Considerando o texto acima, que tem caráter unicamente motivador, redija um discurso parlamentar, posicionando-se acerca do tema a seguir:

ADOÇÃO DE UMA POLÍTICA DE ORÇAMENTO EQUILIBRADO.

Em seu discurso, devem ser contemplados, necessariamente, os seguintes aspectos:

- ▶ a dívida pública gera ônus sobre as futuras gerações de contribuintes;
- ▶ a relação entre déficit e dívida pública;
- ▶ a questão dos **déficits gêmeos**;
- ▶ os limites da aplicação dessa política;
- ▶ a questão da equivalência ricardiana.

PROVA 2 – DISCURSIVA – 2.ª PARTE – TEXTO 3

- Para produzir os votos relativos ao Texto 3, que vale **quarenta** pontos, faça o que se pede, usando as páginas correspondentes do presente caderno para rascunho. Em seguida, transcreva os textos para as respectivas folhas de **TEXTOS DEFINITIVOS DO TEXTO 3** da prova discursiva, nos locais apropriados, pois **não serão avaliados fragmentos de texto escritos em locais indevidos**.
- Na elaboração de cada voto — cada um deles valendo **vinte** pontos —, obedeça aos limites de extensão determinados, pois qualquer texto com extensão aquém da mínima de **quarenta** linhas será apenado, e qualquer fragmento de texto além da extensão máxima de **sessenta** linhas será desconsiderado.
- Será anulado o texto cujo voto não for escrito na folha de **TEXTO DEFINITIVO DO TEXTO 3** correspondente. Desse modo, texto definitivo correspondente ao voto pela aprovação, mas escrito na folha correspondente ao voto pela rejeição, e texto definitivo correspondente ao voto pela rejeição, mas escrito na folha correspondente ao voto pela aprovação, serão anulados.

ATENÇÃO! Nas **folhas de textos definitivos**, identifique-se apenas no cabeçalho da primeira delas, pois **não serão avaliados** os textos que tenham qualquer assinatura ou marca identificadora fora do local apropriado.

ESTADO DE ZZZZZZZZZZZZ
PROJETO DE LEI ORDINÁRIA n.º xxxxxx
AUTOR Deputado Y

Art. 1.º O Poder Executivo concederá anistia aos créditos tributários provenientes do Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) vencidos e não-pagos.

Art. 2.º Caberá ao Poder Executivo regulamentar a presente lei, com base em convênio firmado entre os estados.

Art. 3.º Esta lei entra em vigor no primeiro dia útil do exercício seguinte à data de sua publicação.

Em relação à proposição apresentada, redija dois votos em parecer, um pela aprovação e outro pela rejeição, abordando, necessariamente, em cada voto, os seguintes aspectos:

- ▶ competência da iniciativa do projeto;
- ▶ princípios constitucionais tributários da isonomia, legalidade, anterioridade e especificidade.

PROVA 2 – DISCURSIVA – 2.ª PARTE – TEXTO 4

- Para produzir o resumo relativo ao Texto 4, que vale **quinze** pontos, faça o que se pede, usando a página correspondente do presente caderno para rascunho. Em seguida, transcreva o texto para a respectiva folha de **TEXTO DEFINITIVO DO TEXTO 4** da prova discursiva, nos locais apropriados, pois **não serão avaliados fragmentos de texto escritos em locais indevidos**.
- Qualquer fragmento de texto além da extensão máxima de **vinte** linhas será desconsiderado.

ATENÇÃO! Nas **folhas de textos definitivos**, identifique-se apenas no cabeçalho da primeira delas, pois **não serão avaliados** os textos que tenham qualquer assinatura ou marca identificadora fora do local apropriado.

Em meio ao terror... brilha uma luz

Em 11 de setembro de 2001, a humanidade, confusa, assistiu ao vivo, pela televisão, as cenas da ação terrorista nos Estados Unidos da América. Confusa, porque, inicialmente, o coração se recusava a acreditar no que os olhos viam. Tratava-se de realidade ou eram imagens de um filme, desses que invadem o nosso cotidiano, banalizando a violência e a destruição?

Embora a ciência e a tecnologia tenham avançado consideravelmente, ao se olhar o passado, constata-se uma triste realidade: a consciência da humanidade evoluiu muito pouco no último milênio. Os homens do poder continuam agindo da mesma maneira inconsciente. Mudaram os métodos, mas o uso do poder sobre os outros continua causando miséria e horror. A história nos lembra a brutalidade das Cruzadas dos séculos XI, XII e XIII: matava-se, depredava-se, humilhava-se, saqueava-se, dizimando e deixando muitos povos na mais terrível miséria. Isso, para não falar de muitas outras matanças ao longo dos séculos.

Tudo o que vivemos, individual e coletivamente, tem um sentido e não é fruto do acaso. A cada efeito corresponde uma causa e vice-versa. Esta é a lei do mundo material. O homem está a todo instante deparando-se com essa lei e sofrendo as conseqüências de seus atos, mas prefere continuar ignorando que é responsável pelo mundo que está criando. Enquanto habitar em nosso coração a separação, o ódio ou o ressentimento, continuaremos prisioneiros da lei de causa e efeito e não seremos livres, muito menos felizes.

Isso denuncia, pura e simplesmente, que a humanidade está doente. Por isso, cada um de nós está diante de uma escolha: questionar-se sinceramente acerca do que está criando por intermédio dos próprios pensamentos e ações no mundo, revendo seus valores, suas crenças, suas certezas e seus comportamentos, para evoluir; ou permanecer como antes, deixando-se consumir pelas doenças coletivas que se manifestam por meio do ódio e do medo.

E é bom não esquecer as nossas crianças e os nossos jovens. Como os estamos educando? Que valores estão eles recebendo dos adultos? E os jovens, cheios de esperança no futuro, que caminhos estamos lhes indicando como pais e professores? Estamos construindo um futuro em expansão ou um estreito caminho recheado de mágoas e ressentimentos? Estamos nós dando-lhes chance de evoluir com consciência e responsabilidade pela própria vida ou os estamos incluindo em um círculo vicioso de superficialismo, de aparências, marcado por julgamentos, medo e ódio? Por que não lhes ensinar que as nossas fantasias de poder são meras ilusões e que, como seres humanos, somos todos imperfeitos em busca da perfeição? Há muitos desafios a serem enfrentados diariamente por pais e educadores, e um deles é ensinar aos jovens e às crianças que o objetivo da vida é ser feliz. Mas o maior deles é manifestar amor, pois amar é um ato de coragem.

Apesar de tudo, é extraordinário constatar o espantoso poder que os acontecimentos dramáticos têm sobre os seres humanos. É como se brutalmente tivéssemos saído de uma letargia profunda, e, finalmente, durante algum tempo, os valores aos quais nós todos aspiramos pudessem enfim se exprimir. Vemos então, em todos os meios de comunicação, imagens e relatos de grandes momentos de fraternidade, de ajuda, de solidariedade, de compaixão, de mobilização nacional e internacional, enfim de abertura ao amor. Aí nos perguntamos: por que o ser humano espera encontrar-se em situações de extremo desespero para manifestar amor, compartilhar, aceitar e abrir-se ao outro? Quando é que o homem compreenderá que é feito de amor e não precisa sofrer para manifestar o que ele é em sua essência?

Isis Dias Vieira. *In*: Educação em focus. 2.ª ed. Brasília: 2002, p. 26-7 (com adaptações).

Redija um único parágrafo, apresentando, com clareza, coerência e correção o **resumo das idéias essenciais** desenvolvidas no texto acima. No resumo, aborde cada uma dessas idéias de forma pessoal, evitando a reprodução literal do texto.